

AS MOLDURAS POSSÍVEIS PARA O PETROLÃO: UMA ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DE CARTA CAPITAL E VEJA¹

FONTES, Giulia Sbaraini²
FERRACIOLI, Paulo³
RIZZOTTO, Carla Candida⁴

RESUMO

Este artigo tem como objetivo verificar quais foram os enquadramentos realizados pelas revistas *Veja* e *Carta Capital* a respeito da operação Lava-Jato. Enquadramento é um conceito amplo que começou a ser utilizado no campo da Comunicação nos anos 1980. A primeira definição do termo dentro do campo foi de Gaye Tuchman (1978), que dizia que o enquadramento das notícias define e constrói a realidade; a origem do conceito, entretanto, vem de Erving Goffman (1974), que estudou o framing sob a ótica das ciências sociais. Foram analisadas, tendo como base as categorias de Robert Entman (1993), as matérias de capa que faziam referência ao tema, no período de janeiro de 2014 a junho de 2015, resultando em 9 matérias da *Carta Capital* e 19 matérias da *Veja*. A análise forneceu subsídios para se pensar a relação contemporânea estabelecida entre a mídia e a política, bem como a pertinência teórica do conceito de enquadramento para a análise da cobertura jornalística dos fatos políticos.

Palavras-chave: Lava-jato. Enquadramento noticioso. Construção social da realidade.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo⁵ tem como objetivo verificar quais foram os enquadramentos realizados pelas revistas *Veja* e *Carta Capital* a respeito do escândalo da Petrobras, também conhecido pelo nome de operação Lava-Jato, escolhido em razão do objeto inicial das investigações: uma rede de postos de combustíveis e lava-a-jato de veículos usada para lavagem de dinheiro.

A investigação se expandiu e passou a ter foco em um esquema de corrupção na maior empresa estatal do país, a Petrobras. As investigações apontam que empreiteiras

¹Trabalho inscrito para o GT Comunicação e Política, do VII Encontro de Pesquisa em Comunicação – ENPECOM.

²Graduanda em Comunicação Social – Jornalismo, UFPR, giuliasfontes@gmail.com.

³Mestrando em Comunicação, PPGCom/UFPR, ferracioli.paulo@gmail.com. Bolsista Capes.

⁴Doutora em Comunicação, professora do PPGCom/UFPR, carla_rizzotto@yahoo.com.br. Bolsista PNPd/Capes.

⁵Elaborado a partir de pesquisa realizada no âmbito do projeto “Mapeamento e repertório do ativismo digital brasileiro” - Projeto do Grupo de Pesquisa Comunicação e Mobilização Política do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná, que visa discutir o fenômeno do ciberativismo, considerando as oportunidades políticas, as estruturas de mobilização e os processos de enquadramento interpretativo

formavam um cartel e pagavam propina a diretores da companhia para garantir a participação em licitações. Essa rede durou mais de dez anos e envolvia a participação de doleiros, que faziam a intermediação entre os agentes públicos e particulares. O envolvimento de parlamentares e políticos de destaque sempre foi mencionado pela imprensa, mas o foro privilegiado, que lhes permite serem julgados pelo Supremo Tribunal Federal, retardou a divulgação dos nomes dessas autoridades até que os inquéritos fossem abertos em Brasília.

A análise aqui realizada parte da ideia inicial, pautada nas imbricações entre o campo político e o midiático, de que o poder de controlar a opinião pública por parte dos dois campos – autônomos, porém profundamente dependentes – se dá de modo mais básico a partir da questão da mediação. As informações consumidas pelo público não são experimentadas por ele próprio, mas mediadas pelas empresas de comunicação que o público qualifica como credíveis, e essas empresas não dão publicidade a todos os fatos necessários para a formação da opinião individual.

A influência na opinião pública por parte da esfera comunicacional é caracterizada pelo poder de pautar o real. Afinal, sob o aspecto cognitivo apenas consideramos reais, além das coisas tangíveis, os acontecimentos oferecidos pela compilação de mundo realizada pela mídia: “neste peculiar idealismo da sociedade contemporânea podemos afirmar, com lógica mas também com assombro, que o real é o midiático e o midiático é o real.” (GOMES, 2004, p. 326). Então, “tudo que não conhecemos através de nossa experiência direta são invenções que adquirem o valor de realidade à medida que são aceitas por consenso” (BADIA; CLUA, 2008, p. 120). Levando em conta esta percepção, adota-se como base teórica deste artigo as teorias construtivistas do jornalismo, especialmente na voz de Gaye Tuchman (1983), além da Teoria da Agenda, ponto inicial das discussões sobre o enquadramento, metodologia escolhida para a análise empírica aqui realizada.

2. A NOTÍCIA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

As vertentes mais tradicionais da sociologia colocam que os atores sociais têm a sua consciência produzida a partir de sua socialização e das características da estrutura social. Para as vertentes interpretativas, por outro lado, este processo é de troca. A sociedade ajuda sim a moldar a consciência dos atores sociais. Mas, ao mesmo tempo, apreendendo os fenômenos, as pessoas os constroem coletivamente, dando forma ao mundo social.

Aplicando estas visões à notícia, aparecem duas vertentes. A partir da sociologia tradicional autores como Roshco (1975 *apud* TUCHMAN, 2002) dizem que as definições do

que é notícia dependem da estrutura da sociedade. A seleção feita pelos jornalistas do que é ou não notícia refletiria, desta maneira, as preocupações e os interesses da própria estrutura social. Olhando por este ângulo, as notícias dificilmente seriam capazes de produzir mudanças nesta estrutura, pois permanecem dependentes dela.

Do outro lado está a abordagem interpretativa, que concebe a notícia como fruto do trabalho dos jornalistas e dos veículos informativos. Por esta visão, ao mesmo tempo em que é produto da estrutura social, a notícia participa de transformações nesta realidade. Enquanto transforma, ela também é transformada. Esta visão é abordada por Tuchman tanto em *La Producción de La Notícia* (1983) quanto em *As Notícias Como Uma Realidade Construída*, capítulo do livro *Comunicação e Sociedade* (2002), organizado por João Pissarra Esteves.

No artigo citado, de 2002, Tuchman reitera sua visão da notícia como uma janela para o mundo. Este conceito atribui ao jornalista a definição do que é ou não notícia, já que ele faz um recorte da realidade – um quadro – nos relatos, algo que não é simplesmente dado pela estrutura social. A cada decisão, afirma a autora, os jornalistas reiteram o que acham ser digno de uma notícia a partir de normas que são invocadas e, simultaneamente, reinventadas.

Da forma semelhante, defende esta abordagem que as notícias não espelham a sociedade. Ajudam a constituir-la como um fenômeno social partilhado, dado que no processo de descrição de um acontecimento, as notícias definem e moldam este acontecimento; tal como as histórias noticiosas interpretaram e construíram o período inicial do moderno movimento feminista, como uma atividade de ridículas incendiárias de *soutiens*. (TUCHMAN, 2002, p. 92).

A autora coloca que esta visão deriva do trabalho de Alfred Schutz (*apud* TUCHMAN, 2002), que fala a respeito da chamada “atitude natural”. Segundo ele, no mundo cotidiano, os atores sociais aceitam os fenômenos como dados, diferentemente da postura fenomenológica do “por entre parêntesis” proposta por Husserl (*apud* TUCHMAN, 2002). Aplicando esta ideia para o jornalismo, Tuchman (2002) coloca que os leitores podem até duvidar da veracidade dessa ou daquela notícia, mas que a existência das próprias notícias em si nunca é posta em causa.

Nesta “atitude natural”, dessa forma, os atores observam permanentemente o mundo em busca de aprendizado e da criação de significações. Os jornalistas, portanto, trabalham para dar significado à realidade ao identificar certos tópicos como notícias. Duas características da “atitude natural” descritas pelos etnometodólogos estão neste processo: a reflexividade e a indexicalidade. A primeira se refere ao pertencimento dos relatos dos acontecimentos à própria realidade que eles descrevem. Já a segunda trata da capacidade de

atribuir novos sentidos a relatos aplicando-os em outros contextos. Segundo Tuchman (2002), estas duas características são inerentes ao caráter público da notícia e também ao próprio trabalho informativo.

As notícias registram a realidade social e são simultaneamente um produto dessa mesma realidade, na medida em que fornecem aos seus consumidores uma abstração seletiva intencionalmente coerente, mesmo podendo descurar certos pormenores. Quando os consumidores de notícias lêem ou vêem notícias, acrescentam-lhes pormenores – mas não necessariamente aqueles que foram suprimidos na construção da história. A abstração e a representação seletivas da informação, e a atribuição reflexiva de significado aos acontecimentos enquanto notícias são características naturais da vida cotidiana (TUCHMAN, 2002, p. 96).

A autora cita como exemplo da influência da notícia na realidade o caso Watergate. Se as conspirações não tivessem vindo a público, por meio dos veículos de comunicação, os processos judiciais a respeito do caso poderiam não ter sido iniciados. Em última instância, o presidente dos EUA na época, Richard Nixon, poderia não ter renunciado. A notícia, assim, tem a capacidade de tornar os acontecimentos públicos e estabelecer as definições de como eles serão encarados pela sociedade.

Para que uma ocorrência se transforme em acontecimento e, por sua vez, um acontecimento se transforme em notícia, entretanto, é preciso que o jornalista organize a realidade que está a sua volta e da qual ele mesmo faz parte. Esta organização aparece refletida no enquadramento dado à notícia, conforme será visto a seguir.

3. DUAS DIMENSÕES DO AGENDAMENTO

A Teoria da Agenda, que tem como seu marco inicial o estudo de *Chapel Hill* realizado por Maxwell McCombs e Don Shaw (1972), evoluiu a partir da tentativa de explicar a influência que a comunicação de massa exerce na opinião pública. Sua primeira contribuição foi a comprovação de que os tópicos enfatizados nas notícias da mídia acabam por ser considerados importantes também pelo público, ou seja, a mídia estabelece a agenda pública, o que pode ser considerado o estágio inicial da formação da opinião pública. McCombs (2009) ressalta, todavia, que essa influência não é premeditada, mas resulta da necessidade que os veículos possuem de selecionar, dentre tantos, alguns poucos tópicos como os mais salientes do momento.

As evidências sobre a influência midiática providas pela Teoria da Agenda estão fundamentadas em diversas pesquisas de opinião pública entrecruzadas com análises de

conteúdo de notícias efetivamente veiculadas na mídia; além de experimentos laboratoriais, em que ocorrem manipulações dos conteúdos midiáticos de maneira que possam ser feitas comparações entre os resultados. Mas também faz parte destas evidências o fato de que a opinião pública também sofre outras importantes influências, e não é unicamente formada pelos veículos de massa (McCOMBS, 2009).

Partindo da tese de Lippmann (1920) que explica que os veículos noticiosos atuam como janelas que definem nosso mapa cognitivo do mundo, e que, portanto, a opinião pública não responde à influência do ambiente social, mas sim do pseudoambiente construído pela mídia; a Teoria da Agenda se posiciona contrariamente à lei das mínimas consequências, enfatizando o forte efeito que a comunicação de massa exerce no público. Contudo, “a Teoria da Agenda não é o retorno à teoria da bala ou hipodérmica sobre os poderosos efeitos da mídia. Nem os membros da audiência são considerados autômatos esperando para serem programados pelos veículos noticiosos” (McCOMBS, 2009, p. 24).

De acordo com a disponibilidade psicológica do indivíduo para perceber e dedicar atenção às mensagens da mídia, ocorre a primeira dimensão do agendamento: a transferência da saliência do objeto, quer dizer, os temas que recebem ênfase na cobertura midiática acabam por se tornar importantes também para o público. A segunda dimensão do agendamento trata da transmissão da saliência do atributo, ou seja, como o indivíduo compreende os aspectos da cobertura de determinado tópico. De maneira esquemática pode-se dizer que na primeira dimensão a mídia diz ao indivíduo **sobre o que pensar**, enquanto na segunda dimensão ela diz **como pensar** sobre os assuntos. (McCOMBS, 2009).

Para compreender o agendamento de atributos é essencial discorrer a respeito do processo de enquadramento (*framing*). Assim como o fotógrafo escolhe uma parte menor de um plano geral para enquadrar, de forma a passar uma mensagem, o jornalista também seleciona um aspecto percebido da realidade e o enfatiza de tal maneira a torná-lo mais saliente. O enquadramento é a metodologia escolhida para a análise da cobertura noticiosa realizada pelos veículos Veja e Carta Capital e será detalhado no próximo item.

4. ENQUADRAMENTO NOTICIOSO

O conceito de enquadramento é amplo. No campo da Comunicação, ele começou a ser utilizado nos anos 1980, porém sem uma fundamentação teórico-conceitual definida para a ideia de *frame*. Dos anos 1990 em diante, os pesquisadores passaram a buscar uma

estruturação conceitual para a área. Atualmente, há diferentes noções do termo, de acordo com paradigmas distintos.

A primeira definição do termo dentro do campo da Comunicação foi de Gaye Tuchman (1978): “as notícias impõem um enquadramento que define e constrói a realidade”. A origem do conceito, entretanto, vem de Erving Goffman (1974), que estudou o *framing* sob a ótica das ciências sociais, tratando da organização das experiências dos indivíduos através das interações cotidianas.

O uso mais frequente do conceito de enquadramento no campo da Comunicação e, especialmente, nas pesquisas na área do Jornalismo é relacionado a análises de conteúdo. Observando enunciados e discursos, o pesquisador procura compreender como a realidade foi enquadrada a partir de uma perspectiva específica. Dessa maneira, os *frames* possuem uma dimensão política: eles podem definir problemas e propor soluções, ou mesmo fazer julgamentos morais sobre um tema. O enquadramento, de acordo com Entman (1993), não está só no emissor. O *framing*, para ele, perpassa todo o processo comunicativo, envolvendo interlocutores, texto e cultura.

Diante deste panorama, é objetivo deste artigo realizar análise de enquadramento das notícias publicadas a respeito do escândalo da Petrobras nas revistas *Veja* e *Carta Capital* ao longo do ano de 2014 e primeiro semestre de 2015. Fazem parte do corpus da pesquisa as matérias de capa que fizeram referência ao tema dentro do referido período, totalizando 9 matérias na Carta Capital e 19 na Veja. A pesquisa é conduzida através das categorias sugeridas por Entman (1993), quais sejam: a definição particular do problema, interpretação causal, avaliação moral e recomendação de tratamento. Essas categorias geraram um livro de códigos elaborado a partir da observação da descrição do fato, através da utilização de elementos linguísticos e imagéticos, da caracterização dos envolvidos e referência às bases partidárias e dos julgamentos e possíveis consequências.

Em primeiro lugar foram identificadas as fontes, bem como as citações de fala pública, ou seja, declarações oriundas de materiais públicos não elaboradas exclusivamente para a matéria em questão. Para os dois itens serviram os seguintes códigos: [1] autoridades, sejam elas do poder executivo ou da Petrobras; [2] políticos; [3] Ministério Público; [4] investigados pela operação; [5] analistas independentes, como professores universitários e consultores, e [6] populares e testemunhas.

Em seguida foi verificado se a matéria promovia ou não a definição do problema, e, nos casos positivos, foram identificados os problemas a seguir: [1] envolvimento de todos os partidos no esquema de corrupção; [2] a impunidade dos corruptores, que influencia o

aparecimento de mais casos de corrupção; [3] futuro (político) da Petrobras em jogo; [4] efeitos da operação no mundo político, ressaltando que as investigações estão gerando efeitos na disputa política partidária; [5] esvaziamento do discurso da esquerda, sinalizando que a esquerda deve pensar em uma nova forma de governo, abandonando a política de coalisões; [6] a relação promíscua entre empresas e políticos, e [7] tentativa de sabotar a operação Lava-Jato.

Relacionados à definição do problema, em seguida aparecem a descrição das suas causas e o apontamento de possíveis soluções. Para as causas foram percebidas: [1] falta de punição adequada; [2] o uso político das delações; [3] o envolvimento de todos os partidos na corrupção, que em algumas matérias havia aparecido como problema, mas, em outras, é apontado como causa de outro problema descrito, e [4] descrevendo o projeto de poder do PT como causador dos casos de corrupção. Verificou-se ainda o apontamento das seguintes soluções: [1] agilidade da justiça na identificação e punição dos envolvidos; [2] a proibição de doação de empresas; [3] a continuidade das investigações, mostrando confiança no trabalho de Moro e Janot⁶, e [4] a construção de uma nova esquerda.

Por último, como julgamento moral ou posicionamento diante do problema descrito percebeu-se: [1] ceticismo; [2] esperança de punição dos envolvidos; [3] defesa do patrimônio nacional, ou seja, impedir que a Petrobras ou o executivo percam a importância, e [4] condenação prévia do PT como principal responsável pela corrupção.

A relação entre os problemas, suas causas e possíveis soluções é diversa, possibilitando que para um mesmo problema sejam descritas causas diferentes, que uma mesma relação causal seja apontada para problemas diversos, ou ainda, que uma única solução seja considerada ideal para resolver problemas não equivalentes. Acreditamos que o encadeamento entre essas categorias seja melhor compreendido a partir da descrição exemplificativa de uma matéria analisada.

Na matéria da Carta Capital de 1 de abril de 2015, intitulada "O ônus coletivo", por exemplo, o texto aborda a questão sob a ótica do esvaziamento do discurso de esquerda. O PT, como grande partido de esquerda que alcançou o poder e foi alvo de inúmeros escândalos, gerou uma percepção de que a esquerda não é mais uma alternativa. Isso é exemplificado pela reportagem ao narrar um xingamento sofrido por um ciclista, baseado na mera suposição de que andar de bicicleta é ser de esquerda e, portanto, estar envolvido na corrupção que destrói o Brasil. A causa apontada para esse problema pela revista é o uso

⁶Na Carta Capital a menção direta a Moro e Janot ocorria constantemente, enquanto a Veja nem sempre personificava os responsáveis pelas investigações.

político das investigações, principalmente o vazamento de trechos isolados das delações premiadas e dos testemunhos. Assim, mesmo que a investigação aponte o envolvimento de diversos partidos, é o PT quem sempre ganha destaque, o que leva ao desencantamento com o partido. O texto aborda a questão de maneira cética, destacando a incapacidade do PT em assumir seus erros e o espaço já tomado pelos evangélicos e líderes conservadores. A solução que a Carta Capital propõe seria a construção de uma nova esquerda, ou seja, a reunião de parcela da sociedade que comungue desses ideais e construa um projeto viável e que respeite os valores de esquerda.

Em seguida apresenta-se o resultado comparativo da análise realizada, a fim de esclarecer o enquadramento de cada uma das revistas, verificando como as diferentes posições ideológicas assumidas por cada veículo transparecem nas suas páginas.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: A LAVA-JATO NAS PÁGINAS DE VEJA E CARTA CAPITAL

A primeira diferença notável diz respeito ao espaço dedicado ao assunto. Enquanto na Carta Capital o assunto recebeu destaque de capa em 9 edições no período analisado, na Veja a capa foi dedicada à Lava-Jato 19 vezes. As 19 matérias da Veja ocuparam um espaço de 155 páginas, o que representa uma média de pouco mais de 8 páginas por matéria, sendo que a maior - “Como o PT está afundando a Petrobras” - foi apresentada em 16 páginas. As 9 matérias de Carta Capital totalizaram 95 páginas, com uma média um pouco maior que a de Veja, 10,5 páginas. A maior delas ocupava 17 páginas.

Quanto às fontes utilizadas, é possível visualizar as diferenças no Gráfico 1:

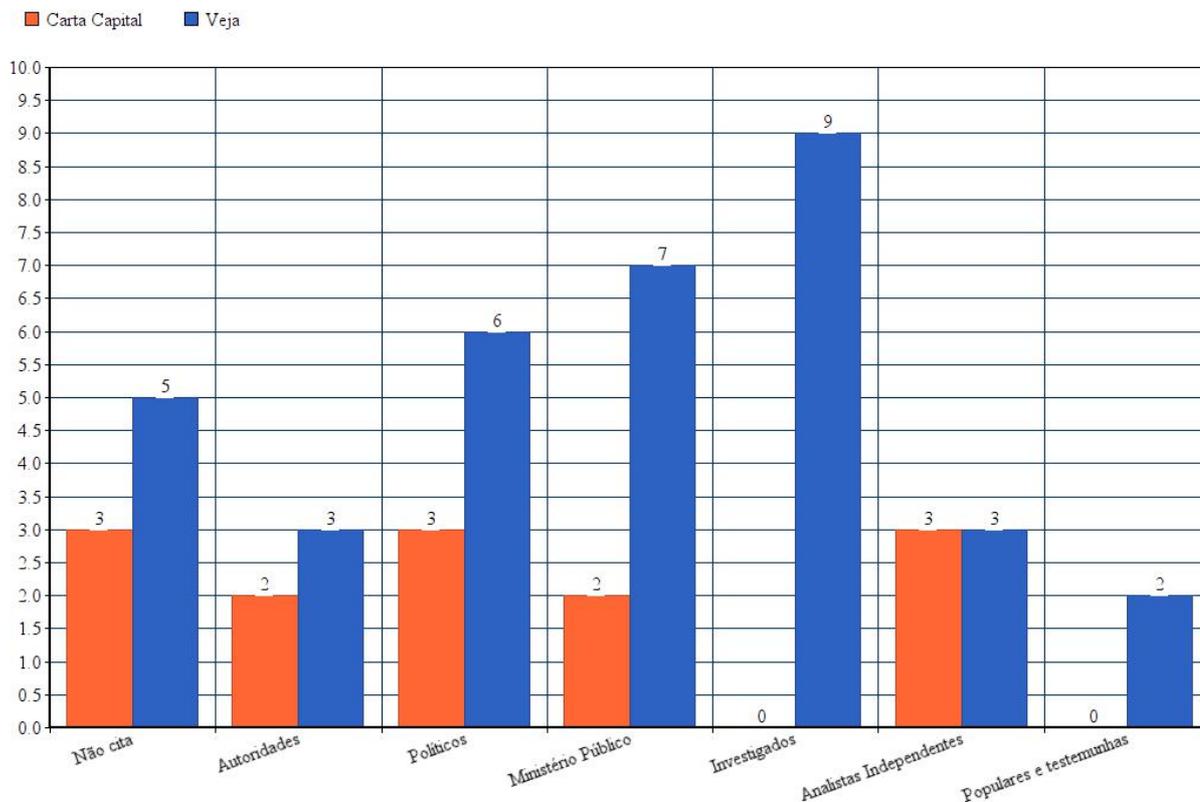


Gráfico 1 – Fontes utilizadas

A Carta Capital não cita fonte alguma em 3 matérias (mais de 30% do total) e a Veja não cita fontes em 5 das 19 matérias (pouco mais de 26% do total). O que mais chama atenção é o grande espaço que Veja dedica aos investigados, usados como fonte em 9 matérias; enquanto a Carta Capital não os cita nenhuma vez. A Veja também é a única a conceder espaço para populares e testemunhas.

É frequente também a utilização de falas públicas, originadas em outros contextos que não o da elaboração da reportagem, como se vê no Gráfico 2:

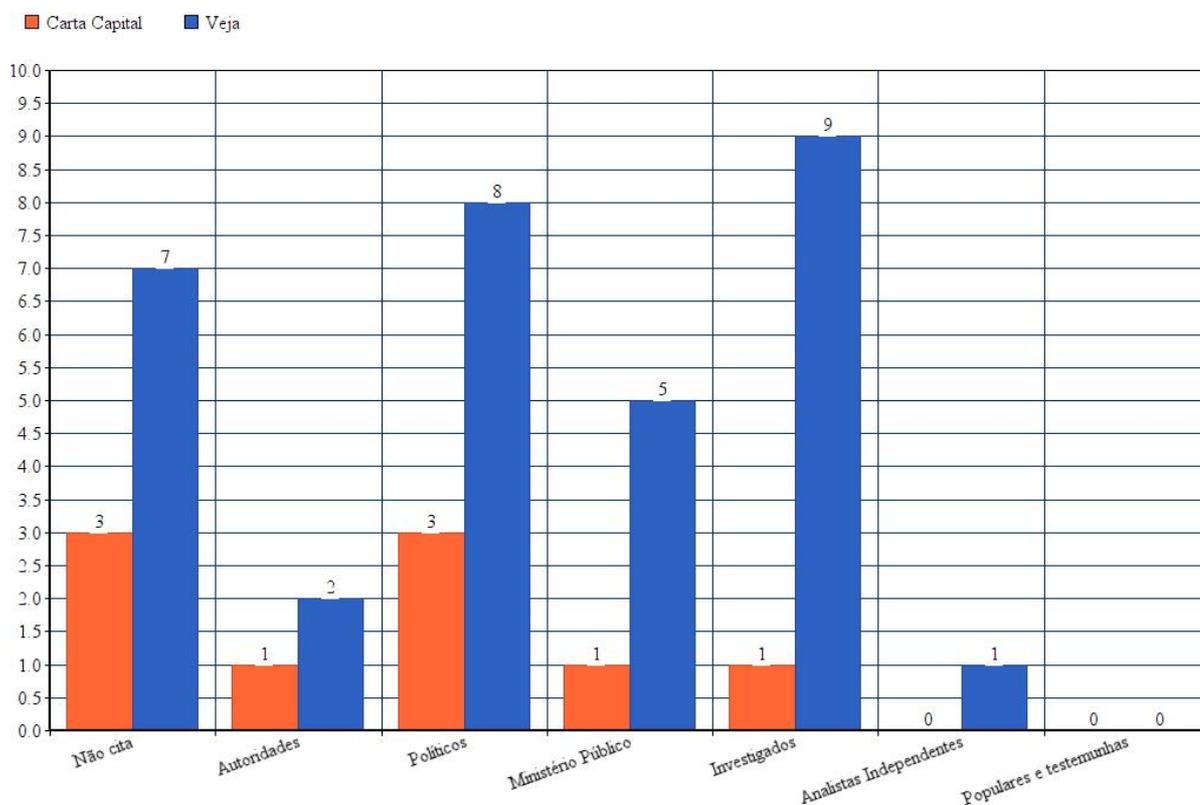


Gráfico 2 – Fala pública

A Veja não utiliza nenhuma fala pública em 7 matérias e a Carta Capital não o faz em 3 matérias. Nota-se que este é um recurso bastante utilizado pela Veja – 25 vezes -, sendo que a maior parte das vezes são citadas falas de políticos e dos investigados pela operação. A Carta Capital utiliza com uma frequência menor, tendo dado espaço 3 vezes a políticos, uma a autoridades, uma ao Ministério Público e uma aos investigados.

Passando agora às categorias de Entman, o ponto de partida da análise se localiza na definição do problema, que divide-se em 7 códigos, conforme mostra o Gráfico 3⁷:

⁷Optou-se pela utilização de um “bubble chart”, uma vez que este tipo de gráfico relaciona três variáveis: no eixo x estão localizados os códigos; no eixo y, a frequência de acontecimentos em números absolutos. Porém, já que o número de textos analisados de cada um dos veículos não é equivalente, faz-se necessário demonstrar também a porcentagem de aparecimento de tal código para cada revista, o que é feito através do tamanho das bolhas.

Definição do problema

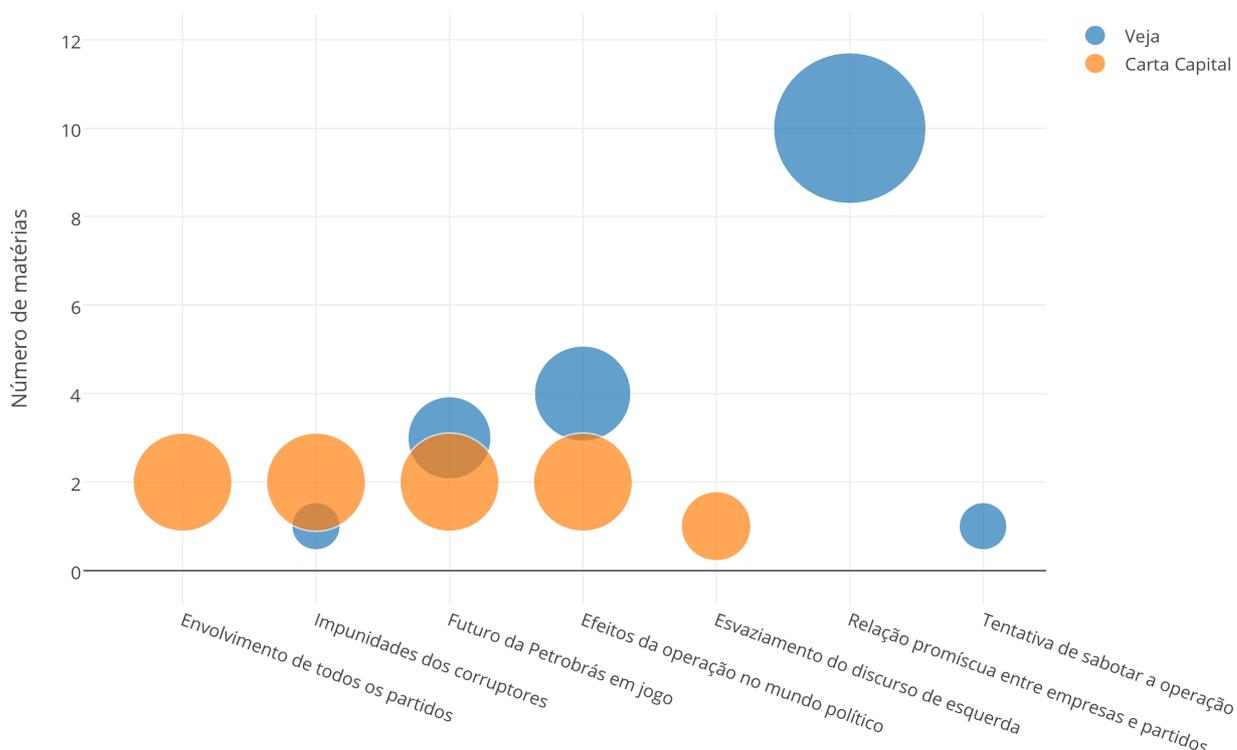


Gráfico 3 – Definição do problema

Aí notamos que a Carta Capital definiu o problema com igual frequência para o envolvimento de todos os partidos, a impunidade dos corruptores, o futuro da Petrobras e os efeitos da operação no mundo político; o esvaziamento do discurso de esquerda aparece com uma frequência um grau abaixo; enquanto a relação promíscua entre empresas e partidos e a tentativa de sabotar a operação Lava-Jato não aparecem nenhuma vez. A Veja, ao contrário, apresenta como problema a relação promíscua entre empresas e partidos na maior parte das vezes (10 vezes), dando pouco ou nenhum espaço para o envolvimento de todos os partidos, a impunidades dos corruptores, a tentativa de sabotar a operação e, como era de se esperar de um veículo que assume uma posição ideológica à direita, o esvaziamento do discurso de esquerda. As duas publicações tratam de maneira equivalente, em termos de frequência, as implicações da operação no mundo político e o futuro da Petrobras. Em termos de conteúdo, entretanto, quando a Veja define o problema em relação ao futuro da Petrobras há um enfoque predominante em mostrar como o PT estruturou uma rede que permitiu o desvio de dinheiro

público e sua perpetuação no poder, enquanto a Carta Capital se preocupa com a possibilidade de privatização da empresa.

A cada um desses problemas está ligada uma ou mais causas, que são relacionadas no Gráfico 4:

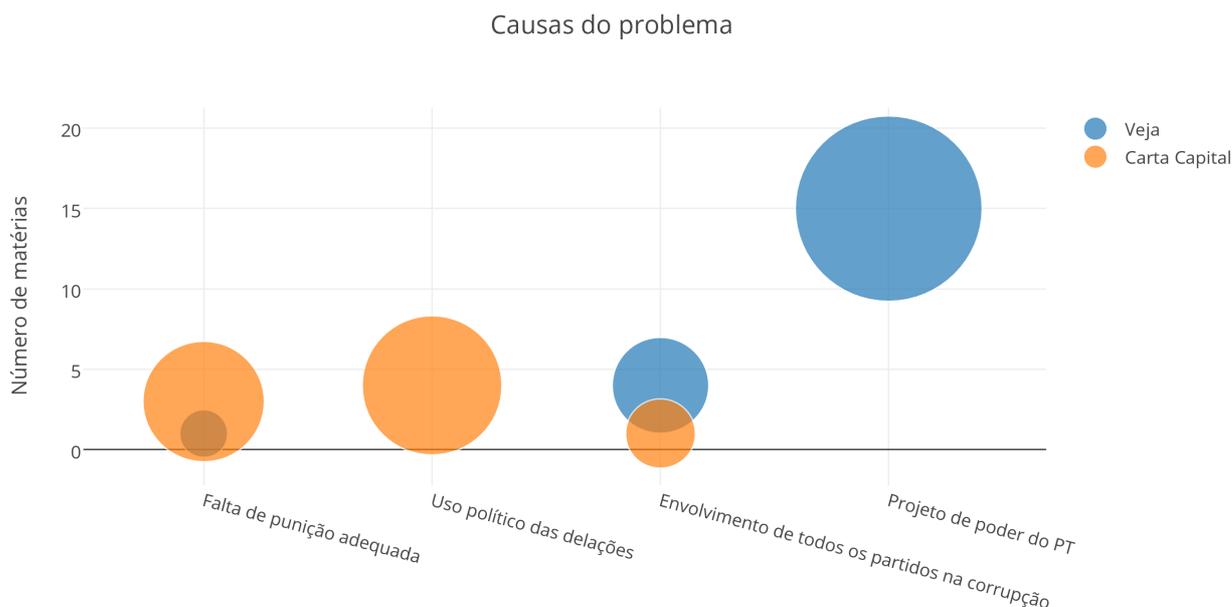


Gráfico 4 – Causas do problema

A Carta Capital não apresenta as causas do problema em uma das matérias, intitulada “As 750 obras de Youssef”, na qual traz uma relação com todas as obras em que Youssef se envolveu, e apenas no parágrafo final apresenta esperança nas investigações. Nas demais, a causa mais frequente é o uso político das delações, seguido da falta de punição adequada e do envolvimento de todos os partidos.

Já a Veja, que também não apresenta relações causais em uma das matérias, cita uma única vez a falta de punição adequada como causa da impunidades dos corruptores (problema 2); o envolvimento de todos os partidos aparece como causa em 4 matérias, uma vez relacionado ao futuro da Petrobras (problema 3), duas vezes gerando efeitos no mundo político (problema 4) e uma vez ocasionando a relação promíscua entre empresas e partidos (problema 6); mas a causa que mais aparece é o projeto de poder do PT, num total de 15 vezes. Por exemplo, na reportagem “Os segredos do empreiteiro” do dia 25 de fevereiro de 2015, o projeto de poder do PT é apontado como causa da relação promíscua entre os

partidos: “As agruras dos PT com o petrolão são fruto do mesmo pecado original que produziu o escândalo do mensalão: a ideia assombrosa de que o partido pode se servir do Estado como se fosse sua propriedade, das leis como se existissem apenas para os outros e das instituições como bombeiros de suas eternas crises.”

O item seguinte diz respeito à proposição de possíveis soluções para os problemas apontados. Duas matérias da Carta Capital não apontam solução alguma, enquanto oito matérias da Veja também se eximem de pontuar possíveis saídas para as situações descritas. As restantes geraram o seguinte resultado (Gráfico 5):

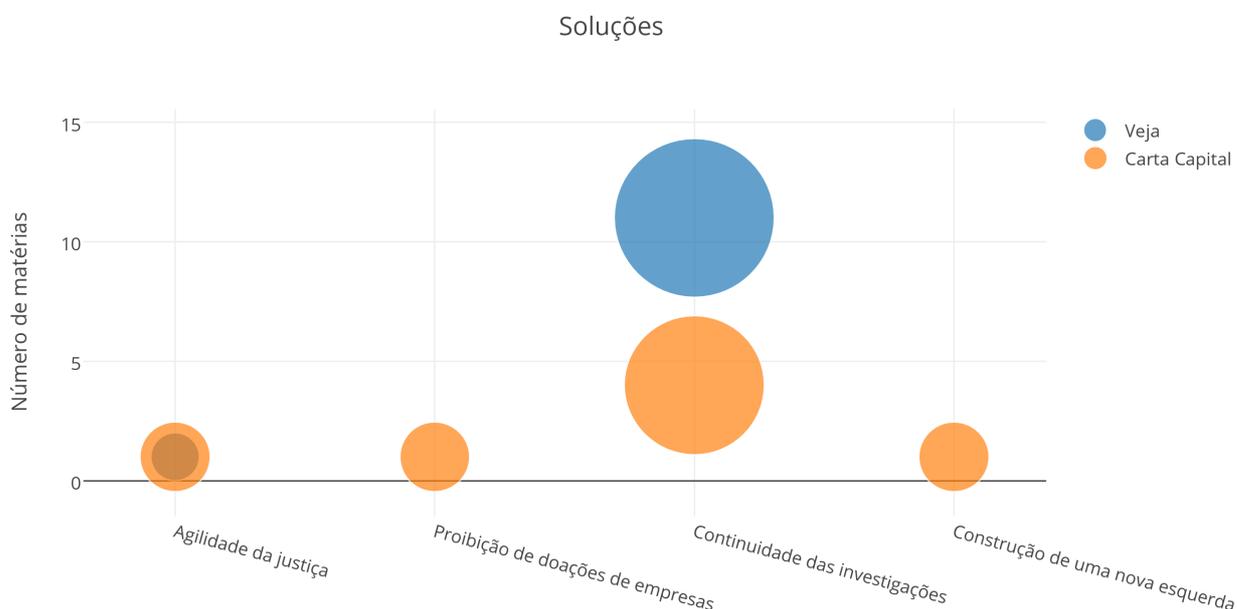


Gráfico 5 – Soluções para o problema

Ambas as publicações falaram que a continuidade das investigações representa o melhor caminho possível para solucionar os problemas descritos, demonstrando confiança na operação do Ministério Público, como exemplifica o seguinte trecho, da reportagem da Veja de 29 de abril de 2015, “Empreiteiro arrasta Lula para o meio do escândalo”: “Dependendo da decisão, a segunda turma do STF, presidida pelo ministro Teori Zavascki, pode mudar os rumos da operação Lava-Jato”. As duas também apontaram, ainda que em menor grau, que uma maior agilidade da justiça poderia dar conta de resolver a impunidade dos corruptores – no caso da Veja – ou de garantir punição adequada para todos os partidos envolvidos – no caso da Carta Capital. Esta última propõe ainda a proibição de doações de empresas como

solução para a impunidade dos corruptores (“A doce vida do corruptor”, de 23 de abril de 2014) e a construção de uma nova esquerda como maneira de resolver o esvaziamento do discurso de esquerda (“Os papéis de Duque”, de 1 de abril de 2015).

A última categoria analisada (Gráfico 6) - e sem dúvidas a que fornece maiores indicativos sobre as diferenças ideológicas dos dois veículos jornalísticos - trata do julgamento moral, ou seja, da maneira como as revistas se posicionam política ou ideologicamente diante do problema descrito.

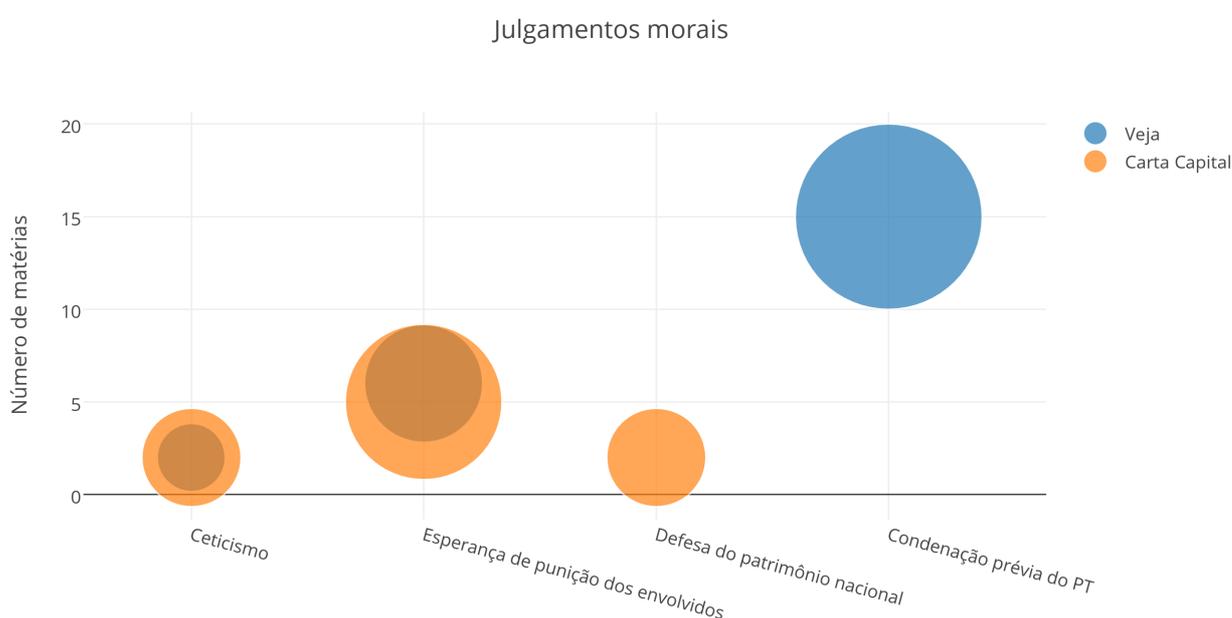


Gráfico 6 – Julgamento moral

A Carta Capital demonstrou na maior parte das vezes (55,5%) estar esperançosa de que os envolvidos no escândalo de corrupção serão punidos. Outras vezes saiu em defesa do patrimônio nacional, ressaltando a importância do poder executivo e da Petrobras como empresa pública. Demonstrou, também, em duas matérias, seu ceticismo em relação ao andamento do caso, como exemplifica a reportagem “O poder do doleiro”, de 16 de abril de 2014, que diz: “O ecumenismo de Youssef é uma arma deste jogo. Quem terá coragem de investigar a fundo um doleiro acusado de lavar 10 bilhões de reais e que tem sido generoso com todos os espectros políticos há no mínimo duas décadas? Talvez a máxima prevaleça: as CPI's ladram, Youssef passa”.

A *Veja*, por sua vez, de maneira numericamente equivalente, se mostrou às vezes cética, às vezes com esperança que as investigações resultem em punição adequada. Porém, na maioria de suas reportagens de capa – quase 79% - condenou previamente o PT como exclusivo responsável pelos acontecimentos, frequentemente personificado nas figuras de Dilma Rousseff e Lula, como é possível perceber até mesmo nos títulos de capa: “Como o PT está afundando a Petrobras” (9 de abril de 2014), “Eles sabiam de tudo” (29 de outubro de 2014, em uma referência à Dilma e Lula, na polêmica capa da véspera do segundo turno das eleições presidenciais), “A operação Lava-Jato e o PT” (10 de dezembro de 2014) e “Empreiteiro arrasta Lula para o meio do escândalo” (29 de abril de 2015). Este trecho é significativo: “Por razões que precisam ser diligentemente apuradas, Lula e Dilma usaram seu poder – ou deixaram de usá-lo – de uma maneira que, ao fim e ao cabo, favoreceu o grupo que extraía propinas de obras da Petrobras” (“De: Paulo Roberto, Para: Dilma Rousseff”, 26 de novembro de 2014). Duas semanas depois, acusação semelhante acontece: “O doleiro [Alberto Youssef] já afirmou que o ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff sabiam da existência da quadrilha na Petrobras. As novas declarações indicam que, além de saberem, eles podem ter se beneficiado política e eleitoralmente do esquema” (“A operação Lava-Jato e o PT”, 10 de dezembro de 2014). A condenação de Lula apareceu até em um infográfico na matéria do dia 4 de fevereiro de 2015, “Reação em Cadeia”, que dizia: “Na conta de Lula – Os principais envolvidos no caso do petrolão têm em comum a ligação estreita com o ex-presidente”.

De maneira geral, a relação que mais aparece nas matérias analisadas em *Veja* é a que encadeia o problema número 6, “relação promíscua entre empresas e políticos”, com a causa número 4, “projeto de poder do PT”. O que se pôde perceber é que os textos da revista enquadram a corrupção na Petrobras como o problema principal, na forma de troca de favores entre políticos e empreiteiros. De acordo com a revista o dinheiro seria utilizado para financiar as campanhas eleitorais. A matéria de 25 de fevereiro deste ano, por exemplo, diz: “Com mais de uma década de parceria com o PT, Ricardo Pessoa se ressentia da falta de solidariedade dos políticos que, garante ele, receberam ajuda financeira em campanhas”. Tais políticos, de acordo com o texto, seriam integrantes do Partido dos Trabalhadores que, depois da prisão do empreiteiro, o deixaram sem apoio.

A troca de favores entre empresários e políticos com dinheiro público seria, então, a maneira que o PT encontrou de garantir a sua permanência no poder. A revista compara o “Petrolão” ao escândalo do “Mensalão”, que comprava o apoio dos parlamentares no Congresso também com dinheiro desviado do Estado. Dentro desta relação aparece

constantemente o julgamento moral número 4, “condenação prévia do PT”. Por mais que as próprias investigações tenham apontado a participação de políticos de outros partidos, a publicação coloca o Partido dos Trabalhadores como principal mentor do esquema, sem provas judiciais e com base, principalmente, nas falas dos investigados em acordos de delação premiada. O argumento é de que, na delação, o investigado assina um termo em que se compromete a dizer a verdade e provar tudo o que disse, em troca de ter uma diminuição na sua punição. Este julgamento aparece na maioria dos textos, algumas vezes acompanhado do número 2, “esperança na punição dos envolvidos”.

Na Carta Capital, por sua vez, as definições do problema mais identificáveis corresponderam ao envolvimento político de todos os partidos na corrupção e ao futuro da Petrobras em jogo. As reportagens analisadas ou debatiam a premissa de que todos os agentes políticos se envolvem em práticas corruptas ou analisavam as implicâncias das investigações na empresa estatal.

As causas desses problemas foram a falta de punição adequada dos envolvidos, em decorrência da lentidão e ineficiência do Poder Judiciário e dos outros atores envolvidos e que acaba por estimular a permanência de comportamentos ilícitos; e o uso político das delações, como os vazamentos seletivos, que foi apontado pela publicação como uma prática que poderia interferir no andamento das eleições e na situação econômica da Petrobras (especificamente com o fortalecimento do discurso que pede a privatização da companhia).

O posicionamento predominante da revista era a esperança de punição dos envolvidos, uma vez que as matérias deixavam claro que as investigações continuariam e iriam descobrir novas irregularidades, a serem punidas pelo Judiciário. Esse posicionamento está intimamente relacionado à solução apontada com mais frequência pelo semanário, que é a continuidade das investigações. A publicação deixa claro que o trabalho da Força-tarefa de procuradores e de policiais federais é a solução para o problema apontado. As citações contantes e nominais ao juiz Sérgio Moro e ao procurador geral da República Rodrigo Janot embasam, ainda mais, a crença na solução desses problemas que afetam a democracia brasileira.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estes dados não apontam grandes surpresas, afinal, é sabido que as duas revistas possuem posições ideológicas opostas, esta foi, inclusive, a razão da escolha delas como objetos desta pesquisa. Da Veja, de direita, era esperada a condenação do PT como grande

responsável pelos casos de corrupção que assolam o país. Da Carta Capital, de esquerda, já se podia prever que o foco das matérias não recaísse sobre o PT, mas que outras causas fossem apontadas para o problema da corrupção.

Ainda assim a análise mostrou a maneira como as publicações utilizam os recursos jornalísticos para construir o enquadramento. A utilização frequente dos investigados como fonte pela Veja, por exemplo, se opõe ao tratamento que a Carta Capital dá a esses personagens, aos quais não é atribuída nenhuma credibilidade para embasar as matérias. Por outro lado, esperava-se que o enquadramento da Carta Capital acompanhasse o discurso de esquerda que insiste em mostrar como a investigação desrespeita os direitos básicos dos envolvidos e viola várias regras de processo penal. Porém, neste ponto percebeu-se que a Carta Capital, assim como a Veja, dá crédito à Força-tarefa e ao juiz Sérgio Moro.

A importância desta análise recai no fato de que ela forneceu subsídios para se pensar a relação contemporânea estabelecida entre a mídia e a política. Tendo como base as teorias construtivistas do jornalismo foi possível observar que as notícias moldam os acontecimentos, se constituindo como um “fenômeno social partilhado” (TUCHMAN, 2002, p.92). É por isso que o mesmo acontecimento é enquadrado de maneiras tão diferentes pelos dois veículos.

Fundamental ressaltar, porém, que os acontecimentos, ainda que formados por elementos exteriores ao sujeito, só adquirem sentido através do sujeito, ou seja, é o sujeito quem constrói e reconhece o acontecimento, através de um processo de intertextualidade, relacionando um fato com outros fatos, e assim determinando o acontecimento como fenômeno social (ALSINA, 2009, p. 116). A interação da mídia com a sociedade, então, se dá num processo circular: o fato social é visto pela mídia como um acontecimento, então é transformado em notícia e transmitido para a sociedade, que enxerga esse produto midiático como um acontecimento social.

Partindo da visão de Alsina (2009), a notícia é sempre um produto mediado pela instituição comunicativa, ou seja, através do enquadramento dos acontecimentos, a mídia expressa a sua própria valoração do fato. Com base nas concepções acerca do acontecimento e da notícia, pode-se perceber que o jornalista desempenha, além dos já tradicionais papéis de selecionador (*gatekeeper*) e de defensor (*advocate*)⁸, também o papel de produtor da realidade social.

⁸Este modelo surgiu no contexto da discussão a respeito do mito da objetividade jornalística e prega que o comunicador não é um indivíduo acético, mas intencional.

Mas mesmo diante de tais conclusões, não podemos cair na falácia explicada por Gomes (2004) de assumir a fragilidade intelectual e moral do público, definindo-o como uma esfera passiva, e, de outro lado, assumir a maldade deliberada dos proprietários das empresas de comunicação em manipular a opinião pública. Os receptores constroem uma compreensão de si mesmos, do tempo e do espaço através da *sua* interpretação dos conteúdos simbólicos mediados (THOMPSON, 2008).

Como mérito da pesquisa, destaca-se, especialmente, a pertinência teórica do conceito de enquadramento para a análise da cobertura jornalística dos fatos políticos. Ainda que seja um conceito em construção, como visto, ele é capaz de fornecer um instrumental eficiente para compreender como o jornalismo procede na transformação do fato social em notícia. Esta base teórico-metodológica pode ser útil para a análise da cobertura das mais diferentes temáticas, consolidando este modelo analítico como uma via de desenvolvimento do campo de pesquisa em comunicação e política.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BADIA, Lluís; CLUA, Anna. **Utopias frágeis: imprensa livre e democracia**, segundo Walter Lippmann. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. A era glacial do jornalismo. Teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- ENTMAN, Robert. Framing: towards clarification of a fractured paradigm. **Journal Communication**, v. 43, n.4, 1993.
- GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. Cambridge: Harvard University Press, 1974.
- GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- LIPPMANN, Walter. **Liberty and the news**. New York: Harcourt, Brace & Howe, 1920.
- MAIA, Rousiley Celi Moreira; VIMIEIRO, Ana Carolina. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de *frames* culturais. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v.18, n.1, p. 235-252, 2011.
- MATTHES, Jörg.; KOHRING, Matthias. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. **Journal of Communication**, v. 58, n. 2, p. 258-279, 2008.
- MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Tradução: Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2009.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Don. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, 36, 1972.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TUCHMAN, Gaye. **Making News**. A Study in the Construction of Reality. New York: The Free Press, 1978.

TUCHMAN, Gaye. **As notícias como uma realidade construída**. In: ESTEVES, J. P. Comunicação e Sociedade: Os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.